

A metodologia quadripolar de investigação científica aplicada em Ciência da Informação: relato de experiência

The quadripolar method applied in Information Science: an experience report

Ana Lúcia Terra

Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto/CETAC.MEDIA
anaterre@eseig.ipp.pt

Resumo

O texto retrata o percurso metodológico de uma investigação no âmbito científico da Ciência da Informação, com a aplicação do método quadripolar. Explica-se como este dispositivo de investigação proporcionou o conhecimento multidimensional do objeto de estudo. São abordadas em detalhe as componentes envolvidas nos quatro pólos desta metodologia: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. Evidenciam-se as relações dinâmicas entre os quatro pólos, com o pólo epistemológico a enquadrar os referenciais teóricos, que influenciam o contacto com a realidade operado no pólo técnico, o qual determina os resultados do pólo morfológico.

Palavras-chave: Método Quadripolar; Ciência da Informação.

Abstract

The text depicts the methodological approach of a scientific investigation grounded within Information Science, with the application of the quadripolar method. It explains how quadriolar method provides the multidimensional knowledge of the study object. Components involved in the four poles of this methodology (epistemological, theoretical, technical and morphological) are addressed in detail. The dynamic relationships between the four poles are explained, as epistemological pole frames the theoretical pole that influences the contact with reality operated in the technical pole, which determines the results of morphological pole.

Keywords: Quadripolar Method; Information Science.

1. Introdução

Em qualquer trabalho de pesquisa de índole científica, as questões de método têm de constituir uma preocupação primeira e nuclear do investigador porque dar-lhe-ão segurança

no seu percurso e porque representam uma condição de validade dos resultados alcançados e de legitimidade do próprio trabalho. Neste artigo, iremos procurar evidenciar como estes pressupostos foram determinantes numa investigação realizada no âmbito de um projeto de doutoramento. Assim, iremos focar a abordagem no percurso seguido, fazendo como que um relato de experiência, e não tanto nos resultados alcançados.

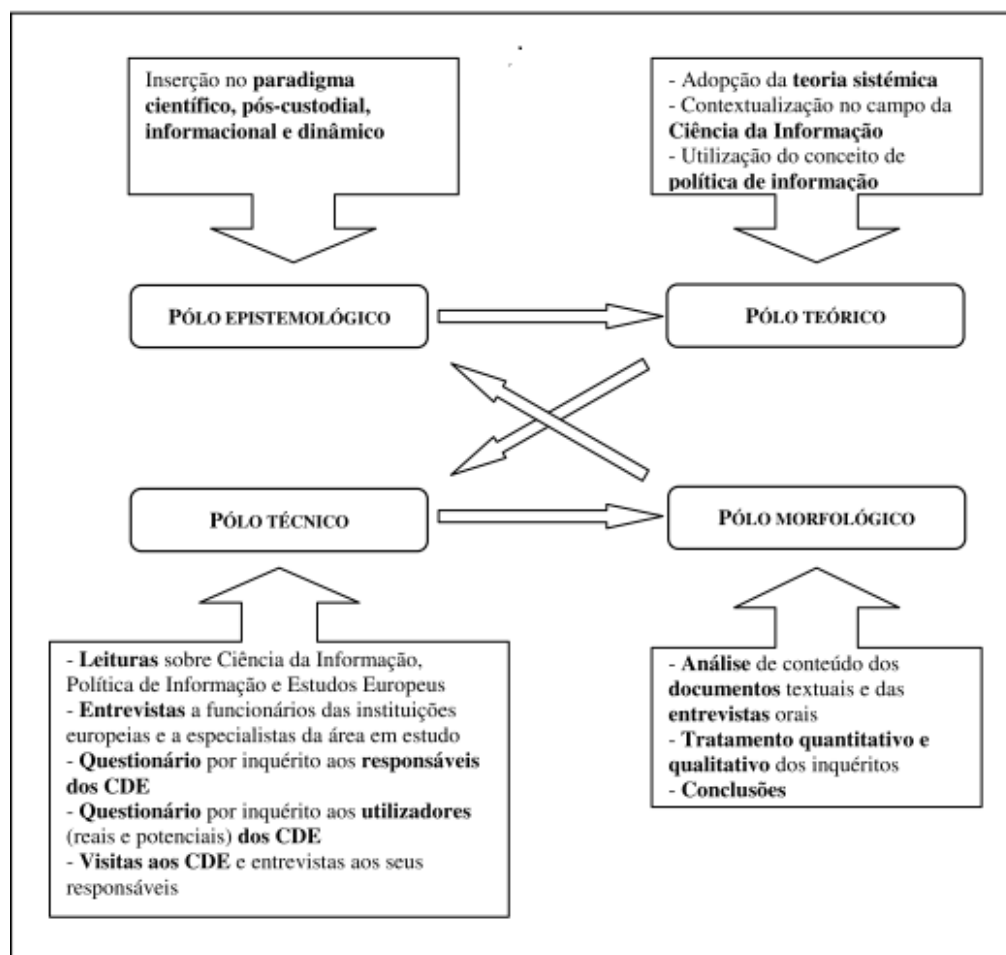
Esta investigação de doutoramento incidiu sobre a evolução das políticas de informação e comunicação das instituições europeias, desde os anos cinquenta do século XIX, no âmbito da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), até 2007, já no contexto da União Europeia (UE). Assim, procedeu-se à contextualização e a compreensão dos processos de formulação institucional destas políticas, esclarecendo as relações com outras áreas da política europeia, caracterizando as estruturas que sustentam a sua definição e a adoção, além de identificar os atores intervenientes e os critérios para a distribuição de papéis. Foi ainda analisada uma estrutura específica vocacionada para a concretização das políticas de informação, os Centros de Documentação Europeia (CDE), com ênfase no comportamento informacional dos seus utilizadores. Para o efeito, foi caracterizada a estrutura desta rede de informação europeia, estudado o seu papel para o acesso à informação europeia, traçando-se o perfil do seu público-alvo e refletindo-se sobre as práticas informacionais dos seus utilizadores reais e potenciais (TERRA, 2008).

A temática europeia foi estudada à luz das premissas teóricas, concetuais e metodológicas da Ciência da Informação, procurando-se trilhar novos caminhos no que toca à investigação do fenómeno europeu habitualmente analisado partindo de perspetivas históricas, jurídicas, sociopolíticas ou económicas. Neste cenário, as abordagens oriundas da área científica escolhida constituem exceções sem grande projeção, pelo que o trabalho foi em grande medida exploratório quanto ao tema e ao enfoque.

Posicionámo-nos no campo científico da Ciência da Informação entendida como «[...] uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenómeno informacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à génese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação)» (SILVA, 2006: 140-141). Seguimos, portanto, o caminho traçado,

desde o final da década de noventa do século XX, pelos autores da Escola do Porto num laborioso trabalho de reflexão sobre a epistemologia da Ciência da Informação (SILVA et al., 1999; SILVA, RIBEIRO, 2002; SILVA, 2006).

Figura 1: Esquema de aplicação da metodologia quadripolar



Esta opção conduziu-nos a um *espaço metodológico quadripolar* no âmbito do qual foi concebido e desenvolvido todo o percurso investigativo. Assim, foi aplicado o método de investigação quadripolar formulado, na década de setenta, pelos belgas Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete, estruturado à volta de quatro pólos de abordagem (o pólo epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico) que estabelecem interações entre si (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974). Segundo Silva e Ribeiro esta é uma metodologia adequada à especificidade das ciências sociais, dentro das quais cabe a Ciência da Informação, já que, como afirmam, «[...] o método quadripolar constitui-se como um dispositivo de investigação complexo, por exigência de um conhecimento que está longe de ser “unidimensional”, desprovido de variáveis ou

circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos standard [...], e que, bem pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. [...] Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate “tradicional” entre “quantitativo” e “qualitativo” e por forma ainda a promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar» (SILVA, RIBEIRO, 2002: 86-87).

Foi este dispositivo de investigação que proporcionou o conhecimento multidimensional do objeto. Na realidade, a adoção de um método, enquanto trajeto global do espírito, constitui um marco incontornável para qualquer trabalho que tenha por objetivo a compreensão e a interpretação e que não se satisfaça com a mera soma da aplicação de procedimentos de trabalho ou de técnicas padronizadas desligadas entre si e alheadas da reflexão teórica. Poderemos, assim, partir de uma ideia vaga e desordenada para alcançar um conhecimento científico do objeto de estudo. De seguida, iremos explicar com detalhe como nos situámos em cada um destes pólos da investigação demonstrando também como constituíram as balizas do nosso percurso metodológico [Figura 1].

2. O pólo epistemológico: o paradigma científico e pós-custodial

O pólo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica durante todo o processo investigativo, delimitando a construção do objeto científico e da problemática de investigação. Em última instância, define as regras de produção e de explicação dos factos bem como de compreensão e de validação das teorias. Como referem os autores da Universidade de Louvaina: «Les chercheurs trouveront dans la réflexion épistémologique non seulement les fondements pour s’assurer de la rigueur, de l’exactitude, de la précision de leur démarche, mais également de précieuses indications qui guideront l’indispensable imagination dont ils devront faire preuve pour éviter les obstacles épistémologiques et pour réussir à faire progresser la connaissance des objets qu’ils investiguent» (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 40).

Os aspetos epistemológicos constituem, portanto, a trama de fundo onde o investigador se move, mas desempenham também um papel ativo, já que servirão igualmente de motor da

pesquisa, na medida em que suscitam questões que irão contribuir para resolver problemas práticos ou para formular respostas teóricas válidas. É aqui que se opera a reformulação constante das condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e de experimentação, tal como das relações que as ciências estabelecem entre a teoria e os factos, rompendo com o senso comum ou os conhecimentos vagos, aplicando uma linguagem científica.

O paradigma científico e pós-custodial, informacional e dinâmico configura o pólo epistemológico da nossa pesquisa (SILVA et al., 1999: 210; SILVA, 2006: 158-159). Este novo paradigma, típico da Sociedade da Informação, caracteriza-se pela ênfase colocada na informação e pela consciência do seu natural dinamismo. Aqui, a informação (fenómeno/processo humano e social) assume uma nova centralidade, em detrimento da focalização no suporte, com a perceção do contínuo e natural dinamismo informacional (criação – seleção natural – acesso/uso) em vez do imobilismo documental (efemeridade – permanência/conservação). Reconhece-se, então, a impossibilidade de perpetuar a “compartimentação” entre o serviço de arquivo, a biblioteca e o sistema informático da instituição porque este critério é superficial e impede a integração do contexto dinâmico de produção (organicidade) com a retenção/memória e com a funcionalidade uso/consumo. Por outro lado, impõe-se a necessidade de conhecer a informação social com base em modelos teórico-científicos, em substituição de práticas informacionais empíricas, fundamentadas num saber-fazer acrítico e ilusoriamente neutral. Desta postura decorre a vontade de compreensão das atitudes informacionais das organizações, a fim de propor soluções adequadas a cada caso e não de impor regras elaboradas *a priori* (SILVA, 2006: 21-22).

Para a abordagem à temática central do nosso trabalho, a política de informação das instituições europeias, o posicionamento neste paradigma contém algumas implicações que convém esclarecer. Assim, a organicidade da informação europeia deriva das próprias políticas comunitárias inseridas num contexto cultural, social, económico e tecnológico que importa analisar através de modelos teórico-metodológicos de ordem científica. Simultaneamente, a política europeia promoveu, desde o início, o acesso à informação por parte de todos como um elemento fundamentador da sua ação, conduzindo, no dealbar do século XXI, à ênfase na transparência, implicando uma consulta alargada por parte do

público em geral à globalidade dos documentos produzidos pelas instâncias europeias, de acordo com regras pré-definidas.

3. O pólo teórico: a contextualização sistémica

O pólo teórico diz respeito aos quadros de referência que inspiram, enquadram e orientam o percurso de investigação, permitindo a formulação de regras de interpretação dos factos e a definição de soluções provisórias para os problemas (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 94-126). Este pólo conduz, portanto, à elaboração de hipóteses e à construção de conceitos. Neste sentido, implica o confronto com o real, manifestando-se aqui a racionalidade indutiva do sujeito que conhece o objeto. A teorização deve começar desde o início da pesquisa, funcionando como pólo interno do campo metodológico da investigação, ligando o plano da descoberta (aquele onde situamos o nosso ponto de partida e construímos as nossas hipóteses e teorias) e o plano da prova (onde se opera a confirmação ou refutação das hipóteses e teorias) (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 102-103).

Na realidade, a teoria, enquanto prática metodológica, pode ser apresentada como o resultado da interação dos pólos da dinâmica de investigação. De facto, «La théorie se présente ainsi de trois façons complémentaires, selon qu'elle est envisagée à partir de chacun des trois pôles méthodologiques. Vis-à-vis du pôle épistémologique, la théorie est un ensemble significatif pertinent à une problématique dont il présente une solution valable; vis-à-vis du pôle morphologique, la théorie est un ensemble cohérent de propositions fournissant un cadre explicatif et compréhensif; vis-à-vis du pôle technique, la théorie est un ensemble d'hypothèses falsifiable, testable. Le pôle théorique est un lieu de confluence des autres pôles méthodiques, l'épistémologique avec son exigence de pertinence, le morphologique avec son exigence de cohérence, le technique avec son exigence de testabilité. [...] Une théorie valable sera donc idéalement à la fois falsifiable, cohérente et pertinente» (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 110).

Note-se que a teoria deve constituir um sistema integrado de proposições com relações lógicas entre si, evitando lidar com elementos parcelares desagregados. Poderemos, assim, ultrapassar as práticas metodológicas e a aplicação de conceitos avulsos e disporemos de um

modelo que permitirá pensar o nosso objeto de estudo em termos holísticos, com base na observação da realidade e da compreensão da dinâmica entre os elementos envolvidos.

O modelo de abordagem aplicado na investigação aqui descrita foi a teoria sistémica, através da qual poderemos obter uma representação dinâmica da realidade, com a visualização de interconexões implícitas e explícitas de elementos internos e externos, evitando percepções estáticas, redutoras e simplistas das políticas de informação da UE.

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida entre as duas Guerras Mundiais pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy, sendo retomada por diversos autores em áreas distintas do conhecimento (cf. BERTALANFFY, 2006). Para a caracterização da teoria sistémica foi seguido o quadro geral traçado por Mella (1997). Segundo este autor, o sistema identifica-se pela coexistência de três características. Assim, o sistema deve poder ser observado como uma unidade durável (visão sintética) com significado próprio (macro) que, mesmo derivando dos seus elementos, surge como novo e emergente; os elementos do sistema (micro) constituem uma estrutura estruturante, na qual cada elemento contribui para a existência da estrutura mas subordinando os próprios estádios à existência do sistema (visão analítica); existe, portanto, uma correlação permanente (*feedback* micro-macro) entre a unidade e os elementos: por um lado, o sistema torna-se uma unidade, ainda que na multiplicidade das suas partes componentes; por outro lado, as partes perdem, no sistema, a sua individualidade, tornando-se também essenciais à criação da unidade (MELLA, 1997: 28).

Para esclarecer a noção de sistema deveremos recorrer à de estrutura já que, não sendo noções coincidentes, correspondem, respetivamente, a uma visão analítica e a uma visão sintética na observação dos elementos inter-relacionados entre si. Assim, considerando-se a estrutura como um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos inter-relacionados, um sistema, não sendo uma estrutura, pressupõe uma estrutura duradoura com fluxos dinâmicos em termos temporais. Deveremos ter em conta que a estrutura apresenta características próprias. Deste modo, o estado de cada elemento tem de depender de, pelo menos, um outro, sendo condicionado por toda a estrutura, e que, se esta assumir ou modificar o próprio estado, tal afeta os seus elementos, os quais assumem um dado estado ou sofrem uma modificação de estado. Por fim, todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura.

As abordagens sistémicas aplicadas à análise do campo informacional têm constituído a opção de alguns autores. Nas palavras de Silva, os «[...] princípios e enunciados da teoria sistémica têm plena aplicação ao fenómeno info-comunicacional, ou seja, é possível pensar sistematicamente a informação e usar esta teoria como “ferramenta” interpretativa e explicativa, devidamente inscrita no pólo teórico, do método quadripolar. Serve ela, também, de suporte à componente aplicada de que os pólos técnico e morfológico são expressão mais concreta» (SILVA, 2006: 32).

Desde os anos sessenta, a teoria sistémica tem igualmente suportado algumas abordagens aos sistemas políticos em geral e à integração europeia em específico. David Easton, numa obra com edição inglesa de 1965, foi um dos paladinos da aplicação da teoria sistémica à ciência política, definindo as construções políticas como sistemas abertos, expostos a numerosas ocasiões de stress originadas no meio ambiente que as rodeia. Para subsistirem, os sistemas têm de ser capazes de tomar medidas adequadas para atenuar as tensões criadas. Assim, o sistema político recebe, do seu contexto ambiental, *inputs* que o autor parametrizou em termos de exigências e de apoio. Paralelamente, o sistema emite *outputs*, em termos de decisões e de ações, os quais, além de influenciarem a sociedade onde o sistema se insere, determinam, em parte, os *inputs* seguintes. No seu intento de criar uma teoria política de ordem empírica, caracterizou também os processos vitais do sistema político e as funções que suportam a concretização das suas missões (EASTON, 1974).

Também na década de sessenta, Robert Dahl usa o conceito de sistema político, definindo-o «[...] comme n’importe quel ensemble constant de rapports humains qui impliquent, dans une mesure significative, des relations de pouvoir, de gouvernement ou d’autorité» (DAHL, 1973: 28). Para precisar com mais rigor este conceito, apresenta quatro características que considera como indispensáveis para a identificação de um sistema político. Assim, o uso do termo sistema serve para apreender de forma abstrata um fenómeno concreto, pelo que não se deve confundir o sistema analítico com o fenómeno concreto a que diz respeito. Paralelamente, é necessário definir as fronteiras do sistema, distinguindo os seus elementos intrínsecos dos aspetos que lhe são externos. Além disso, nota que um sistema pode constituir um elemento de outro sistema e, portanto, ser um subsistema. Por fim, cada subsistema pode integrar vários sistemas que podem sobrepor-se parcialmente.

Na mesma linha, e ainda ao longo dos anos sessenta, Leon Lindberg (1968) concebeu a Comunidade Europeia como um sistema de tomada de decisões, dotado de propriedades múltiplas, com um grau de integração variável e com cambiantes temporais enquanto conjunto. Para caracterizar um fenómeno com dimensões tão distintas, este autor procura realçar as inter-relações dinâmicas existentes entre cada uma das propriedades do sistema e que conferem a cada uma o seu significado. Nas suas palavras, «The essence of a political community, it seems to me, is the existence of a legitimate system for the resolution of conflict, for the making of authoritative decisions for the group as a whole. Accordingly, my effort has been to illuminate the nature of the EEC as an institutional system, and to assess its impact on decision-making patterns in the “Europe of the Six» (LINDBERG, 1968: VII).

Estas abordagens sistémicas procuravam criar um sistema conceptual geral capaz de exprimir a complexidade do fenómeno da construção europeia e a sua dinâmica. O intento era identificar os processos mais significativos, isolar as variáveis determinantes e formular hipóteses empíricas verificáveis. Segundo Sabine Saurugger, desde os anos noventa, as abordagens sistémicas ao projeto europeu seguem novos rumos procurando essencialmente resolver o facto de não existir um responsável único pela legitimação das políticas definidas. Assim, «Confrontée à ce problème d’articulation des différents niveaux de gouvernement, l’UE est donc davantage présenté comme un système de gouvernance, à savoir une configuration polycentrique, dans laquelle les modes de coordination horizontales entre sous-systèmes sociaux prévalent aux dépens des notions d’autorité politique et de souveraineté, qui n’occupent qu’une place parmi d’autres» (SAURUGGER, 2004: 170).

Nesta linha, enquadram-se autores franceses, como Jean-Louis Quermonne ou Paul Magnette, os quais encaram a vida política da UE como um conjunto sistémico que determina procedimentos de decisão política específicos, distintos relativamente ao funcionamento das instituições e dos processos políticos em contextos nacionais. Desta forma, na opinião de Magnette (2001: 51-55), o equilíbrio do sistema político europeu assenta no método comunitário. Porém, após o Tratado de Amesterdão (1997), começaram a verificar-se algumas disfunções em virtude do peso do método intergovernamental em certos sectores. Neste sentido, o facto de, durante os Conselhos Europeus, os chefes de Estado e de governo, terem de debruçar-se sobre questões muito diversas provocou uma perda de coerência do sistema, correndo-se o risco da sua desregulação. Já Quermonne

(2005) considera que o Tratado de Maastricht (1992) legitimou a existência de um sistema político que encontra as suas raízes no Tratado de Paris, de 1951.

No que toca à informação europeia, Rosario Osuna Alarcón (1999; 2004) considera que se pode falar em sistema de informação da UE, na medida em que existe um conjunto de instituições envolvidas no processo de tomada de decisões, existem normas que regulam o acesso, foram criados serviços para sustentar a aplicação das decisões e das normas, existem utilizadores internos e externos que constituem a razão de ser do sistema e os fundos documentais das instituições foram criados ou adquiridos para o cumprimento das missões de cada elemento organizacional do sistema.

De acordo com o que acabámos de ver, a teoria sistémica apresenta-se como um modelo conceptual válido para analisar o processo info-comunicacional, os sistemas políticos e a integração europeia. Assim, fica justificada a sua adoção como modelo de inteligibilidade coerente e pertinente para enquadrar o percurso de investigação, desde a formulação de teorias e hipóteses até à sua refutação ou validação, estando por isso presente nos pólos técnico e morfológico.

De igual importância para o pólo teórico, e também com reflexos nos pólos técnico e morfológico, foi a contextualização no campo da Ciência da Informação, que abordámos anteriormente, bem como a assunção do conceito de informação definido nestes termos: «[...] conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccional» (SILVA, 2006: 27). A informação apresenta-se como fenómeno – dado, facto, referência (conjunto lato de representações) – e como processo – produz-se, memoriza-se e recupera-se dinamicamente.

Convém ainda sublinhar que, tal como indicado acima, o objeto da Ciência da Informação abrange o “fenómeno info-comunicacional”. Ora, do nosso ponto de vista, isso significa o alargamento ou pelo menos uma ênfase mais pronunciada nos aspetos relacionados com o acesso e o uso dos sujeitos que utilizam a informação e que a comunicam, transformando-a e transmitindo-a.

Esta representação epistemológica da informação como fenómeno e processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos, implica que a informação precede e “substancializa” o documento. Tal premissa não é inócua para a definição de política de informação pois esta viragem significa também a transição de políticas de informação, ou melhor, de políticas de documentação, centradas na conservação dos suportes, de documentos, para políticas de informação vocacionadas para o acesso. Simultaneamente, o realce dado ao fenómeno info-comunicacional é particularmente importante para a compreensão da política de informação das instituições europeias que caminharam no sentido da formulação de uma política de comunicação centrada nos elementos de transmissão da informação aos cidadãos e na sua potencial transformação em apoio implícito e explícito ao aprofundamento do projeto de integração europeia.

A informação, enquanto fenómeno humano e social, não pode ser desligada da comunicação nem do conhecimento mas articula-se com estes conceitos complementares através de um conjunto de propriedades intrínsecas, que também contribuem para um entendimento mais fundamentado do nosso objeto de estudo. De acordo com Silva e Ribeiro (2002: 42) essas propriedades ou atributos são os seguintes: «– estruturação pela acção (humana e social): o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação; – integração dinâmica: o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito de acção; – pregnância: enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação; – quantificação: a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente; – reprodutividade: a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; – transmissibilidade: a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável».

As duas primeiras propriedades da informação – estruturação pela acção e integração dinâmica – remetem para uma contextualização sociocultural do ato informacional, sendo necessário conhecer os fatores internos e externos que modelam a informação enquanto fenómeno e processo. Para o estudo aqui descrito, isto implica a necessidade de conhecer o cenário histórico, político e social, numa lógica não apenas de contextualização, mas também de compreensão da política de informação da UE, permitindo avaliar o impacto das

forças contextuais na definição do seu conteúdo. Paralelamente, o conhecimento da política de informação da UE permitirá um máximo entendimento da génese e do fluxo dessa informação.

Nesta aceção de informação, humana e social, não fará mais sentido a separação entre informação científica, literária, administrativa ou museológica pelo que as políticas de informação também deverão coerentemente abranger todas essas configurações da informação.

Foi, portanto, à luz do corpo teórico da Ciência da Informação desenhada pelos autores da Universidade do Porto, com um campo abrangente e consistente, que abordámos a questão da política de informação da UE, pois consideramos ser a posição mais adequada para a caracterização do nosso objeto e, sobretudo, para a sua compreensão, munindo-nos de um filtro adequado para o contacto com a realidade estudada.

4. O pólo técnico: formas de contacto com o objeto

O pólo técnico ocupa-se dos procedimentos de recolha de dados e da transformação destes em informação relevante para a problemática da investigação. Os dados têm de ser pertinentes em relação a determinadas hipóteses teóricas para poder assumir o papel de factos, servindo, então, de confirmação ou de refutação dessas hipóteses. Em última análise, os factos irão aferir a pertinência dos sistemas teóricos nos quais essas hipóteses se inserem (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 191-208).

Aqui, assiste-se ao contacto do investigador com o mundo real através de operações técnicas de recolha de dados, a par das quais se realizam operações de selecção dos dados. Portanto, «Une donnée, par conséquent, n'est jamais "vraie" en soi et n'a d'utilité ou de pertinence que par rapport à une problématique, à une théorie et à une technique, bref par rapport à une recherche» (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 200-201). Para desempenhar o papel que lhe cabe, a recolha de dados tem de guiar-se por critérios de fidelidade, validade, qualidade e eficiência, podendo aplicar-se três técnicas diferentes: os inquéritos por entrevista (inquérito oral) ou os inquéritos por questionário (inquérito escrito); a observação direta (sistemática) e a observação participante; e, por fim, as análises documentais.

A recolha de dados pode, em qualquer dos casos, aplicar-se frequentemente a uma ou a várias amostras dos elementos do universo estudado. Estas técnicas podem ser utilizadas de forma simultânea e complementar numa mesma investigação (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 200-208). Deveremos, ainda, ter em conta que existe uma distinção subtil e importante entre as técnicas de recolha de dados e os modos de investigação que constituem meios de abordagem do real (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 209; LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1994: 26). Assim, em termos de modos de investigação, poderemos optar por estudos de caso, por análises comparativas, pela experimentação em laboratório ou no campo e pela simulação em computador (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 209-238).

No nosso procedimento de recolha de dados, adotámos em parte o esquema formulado por Quivy e Campenhoudt (1998), para as disciplinas da área das ciências sociais, enquadrando-o e conjugando-o com o método de investigação quadripolar no âmbito do pólo técnico e do pólo morfológico. O procedimento de investigação formulado por Quivy e Campenhoudt estrutura-se nas sete etapas que se enunciam: 1) a pergunta de partida; 2) a exploração por meio de leituras e de entrevistas exploratórias; 3) a problemática; 4) a construção do modelo de análise; 5) a observação; 6) a análise das informações e 7) as conclusões. Estes momentos deverão ser articulados por meio de três atos distintos, interdependentes, a saber: a rutura, a construção e a verificação. Note-se que, dentro do método de investigação quadripolar, as etapas da problemática (3) e da construção do modelo de análise (4) se enquadram no pólo teórico, tendo sido explanadas no ponto anterior.

A enunciação da pergunta de partida constituiu o fio condutor da pesquisa e um filtro para a recolha de dados, mas está sujeita a reformulações constantes ao longo do trabalho (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998: 31-46). No nosso caso, a pergunta inicial foi colocada nestes termos: “Qual a política de informação e documentação da UE em Portugal?”. Tratava-se de uma pergunta aberta, que permitia *a priori* respostas variadas, podendo optar-se por posicionamentos de descrição, de explicação ou de compreensão. Naturalmente, esta pergunta foi sendo reformulada à medida que a investigação avançava, graças às informações recolhidas e à perceção mais clara dos fenómenos envolvidos, bem como da necessária adaptação às condições de trabalho.

Na etapa seguinte, a da exploração, levámos a cabo as leituras preparatórias, procurando identificar os trabalhos já realizados sobre o tema escolhido, concluindo-se que, para o tema específico da política de informação da UE, havendo alguma literatura sobre o tema em estudo para outros países, esta era quase inexistente para o caso português. Portanto, tratar-se-ia em larga medida de uma investigação exploratória. Nesta fase, foram abordados textos das três principais áreas envolvidas no campo de análise: a Ciência da Informação, as Políticas de Informação e a Construção Europeia. De facto, o levantamento e a análise da literatura publicada relevante para o tema estudado constituem atividades fundamentais da pesquisa científica. Desta forma, o investigador pode situar o seu trabalho numa área mais vasta, ultrapassando um posicionamento isolado e a mera recolha de factos descontextualizados. Mas a revisão bibliográfica traz outras vantagens, sintetizadas de forma muito clara por Busha e Harter: «[...] (a) help to narrow and to more clearly delineate the research problem, (b) reveal overlooked conclusions and facts that ought to be taken into consideration before a research project is actually initiated; (c) suggest new approaches to the planning of investigations; (d) uncover methodologies that were used successfully by other research workers; (e) help in the determination of the degree to which particular problems have already been investigated; and (f) assist investigators to develop firmer understanding of theoretical implications of proposed inquiries» (BUSHA, HARTER, 1980:19).

A etapa da exploração foi complementada com entrevistas exploratórias a especialistas do tema em estudo e de áreas afins, bem como a pessoas diretamente envolvidas no fenómeno, que nos ajudaram a tomar consciência de outros aspetos do problema, enriquecendo e diversificando a nossa visão. Assim, foram particularmente relevantes as entrevistas realizadas em Bruxelas a funcionários da DG COMM e da Direção Geral das Relações Exteriores (DG RELEX). É certo que os encontros periódicos e as trocas de ideias com os orientadores científico e académico desempenharam um papel fulcral para uma definição rigorosa dos caminhos da nossa investigação mas, naturalmente, essas suas intervenções estão subjacentes a todo o trabalho realizado. No final desta etapa, a pergunta de partida foi reformulada, decidindo-se complementar a nossa abordagem com um estudo de caso (YIN, 2003a; YIN, 2003b) relativo aos CDE existentes nos vinte e sete Estados-Membros da UE, em 2007. Por outro lado, adotando a perspetiva da Ciência da Informação explanada anteriormente, optou-se por substituir a designação “política de informação e

documentação” por “política de informação”. Assim, a pergunta de partida foi reformulada nestes termos: “Qual o papel dos CDE na política de informação da UE?”.

Avançámos para a etapa da observação, envolvendo já procedimentos de verificação das hipóteses delineadas. Nesta fase, foram também fulcrais as pesquisas realizadas nos Arquivos Históricos do Conselho e da Comissão Europeia, em Bruxelas, no Arquivo Histórico do Parlamento, no Luxemburgo, de março a maio de 2007, bem como nos Arquivos Históricos da UE, em Florença, no mês de junho do mesmo ano. Aqui confrontámos o modelo de análise com os dados observáveis. Escolhemos os dados pertinentes para a verificação das hipóteses, delimitámos o campo das análises empíricas, selecionando os CDE, e desenhamos os instrumentos de observação. Neste sentido, construímos uma amostra de CDE nos vinte e sete Estados-Membros. Para a análise desta amostra, elaborámos um questionário por inquérito aos responsáveis e aos utilizadores dos CDE. Dentro desta amostra, selecionámos um número mais restrito de CDE para visitar a fim de realizar entrevistas aos seus responsáveis, de acordo com um guião, de modo a caracterizarmos as condições físicas dos espaços onde estes serviços se localizam, seguindo uma grelha de observação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 153-207) criada para o efeito. Nesta fase, realizámos também novas entrevistas a funcionários do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão envolvidos nos procedimentos de acesso, por parte do público, aos documentos de cada uma destas instituições. Este contacto, foi ainda complementado com entrevistas a deputados do Parlamento Europeu responsáveis pela autoria de relatórios sobre o acesso aos documentos nas instituições europeias.

Resta, agora, explicitar com maior detalhe estas técnicas de recolha utilizadas no pólo técnico, ou seja, os instrumentos através dos quais tomámos contacto com a realidade escolhida como objeto de estudo. Aplicámos a observação, inquéritos e a análise de conteúdo. De seguida, iremos deter-nos com detalhe sobre as duas primeiras.

A observação, entendida como técnica de exploração de tipo sistemático, voluntário, organizado, pretendido e deliberado, pode configurar-se como observação direta ou indireta. Na observação direta, os dados são recolhidos pelo próprio investigador sem a intervenção consciente dos sujeitos observados. O investigador utiliza apenas um guia de observação, identificando todos os indicadores pertinentes a ter em conta, para se

relacionar com o seu alvo de interesse (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 164). A observação direta ocorre quando se tomam notas de factos, de gestos, de comportamentos, de ações ou de realidades físicas, que se verificam num dado momento ou numa dada situação (DESHAIES, 1997: 296). Foi a técnica utilizada nas visitas aos CDE.

Já na observação indireta o investigador recorre ao sujeito para obter a informação pretendida. Geralmente, o sujeito responde a perguntas, intervindo, por isso, na produção da informação. A informação recolhida é menos objetiva, havendo dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito que responde às perguntas do investigador e o instrumento contendo as perguntas, ou seja, um questionário ou um guião de entrevista (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 164).

Poderemos considerar como observação indireta os inquéritos por questionário e os inquéritos por entrevista. Os inquéritos por questionário consistem em colocar a um grupo de inquiridos, representativos de uma população, um conjunto de perguntas relativas a uma situação, a opiniões, a comportamentos, a expectativas ou ao seu nível de conhecimento de uma dada realidade. Destinam-se ao levantamento de dados para sustentar um conhecimento fundamentado, bem como à verificação de hipóteses teóricas e à análise das correlações que essas hipóteses evidenciam. O questionário pode ser de administração direta, quando o inquiridor o preenche com base nas respostas dadas pelo inquirido, ou de administração indireta se o próprio inquirido o preenche. O inquérito de administração indireta pode ser entregue em mão ao inquirido pelo inquiridor ou ser enviado por correio postal ou eletrónico. No segundo caso, já que o inquiridor não pode elucidar eventuais dúvidas suscitadas pelas perguntas, o número de respostas pode ser diminuto, tal como a sua fiabilidade. Esta técnica apresenta algumas desvantagens decorrentes da superficialidade das respostas, tornando inviável a análise de certos processos. Por outro lado, se a componente teórica não servir para a interpretação dos dados, os resultados apresentam-se frequentemente como simples descrições, omitindo a compreensão fundamentada. A análise estatística dos dados das respostas pré-codificadas será proveitosa, pois permite a comparação das respostas globais do grupo de inquiridos. Além disso, o questionário deve atender à caracterização dos entrevistados por forma a enquadrá-los no âmbito do seu contexto de vida. Será ainda importante ter em conta aspetos como a disponibilidade, a honestidade ou a consciência dos entrevistados e a sua influência nas

respostas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 188-191). Esta técnica foi utilizada para o estudo dos CDE com um inquérito aos seus responsáveis, um aos utilizadores reais e outros aos utilizadores potenciais (TERRA, 2008: 499-512).

Os inquéritos por entrevista baseiam-se no contacto mediado entre o investigador e os seus interlocutores, facultando elementos de reflexão diversificados e enriquecedores. Na entrevista, o investigador assume uma posição de fraca directividade instaurando-se «[...] uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e profundidade» (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998: 192).

Naturalmente, durante a entrevista, o investigador deve sempre ter presente o quadro teórico da sua investigação, para contribuir com elementos enriquecedores do processo comunicativo. As entrevistas poderão ser de dois tipos: entrevistas semidiretivas ou semidirigidas e entrevistas centradas. As primeiras não são inteiramente abertas nem encaminhadas por um conjunto de perguntas explicitadas, existindo antes uma série de perguntas-guias, de tipo aberto, sobre as quais o inquirido deverá pronunciar-se abertamente e pela ordem que desejar. Aqui, o entrevistador irá intervir apenas para reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado se afastar deles. Na entrevista centrada existe um conjunto de tópicos precisos relativos ao acontecimento ou à experiência em que o entrevistado participou e que se pretende analisar. Com base nas entrevistas poderemos reconstituir processos de ação, experiências, analisar problemas específicos, conhecer os sistemas de valores ou as referências normativas dos entrevistados, respeitando-se as suas linguagens e categorias mentais, graças à flexibilidade e à fraca directividade, obtendo-se elementos de análise profundos. No entanto, será necessário conceber métodos de análise dos dados recolhidos no momento em que se constrói o guião para a entrevista. Por outro lado, deveremos igualmente atender à artificialidade/espontaneidade do entrevistado e à relação que estabelece com o entrevistador (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998: 191-196). Aplicámos esta técnica para o

contacto com os responsáveis dos CDE, com os funcionários das instituições europeias e com os deputados do Parlamento Europeu.

Falta-nos, agora, abordar a análise de conteúdo que aplicámos a documentos textuais e não textuais veiculando mensagens muito diversas, desde artigos de revistas e monografias a documentos oficiais, de relatórios a declarações políticas ou a actas de reuniões bem como às entrevistas realizadas. Adoptámos a definição de análise de conteúdo apresentada por Maria Pinto Molina nestes termos: «[...] processo cognitivo de reconocimiento, descripción y representación del contenido documental» (PINTO MOLINA, 2002: 421). Trata-se de um processo unitário, lógico e sequencial, estruturado em três fases (leitura/compreensão, análise e síntese) que orientou o nosso contacto com as fontes de informação textuais, elementos fundamentais para a análise dos dados recolhidos e apresentação dos resultados.

5. O pólo morfológico: apresentação dos resultados

No pólo morfológico ocorre a objetivação da problemática com a organização e apresentação dos resultados. Trata-se, portanto, de um momento fundamental, simultaneamente quadro operatório, prático, da representação, da elaboração e da estruturação dos objetos científicos, sendo que «Ce pôle figure le plan d'organisation des phénomènes, les modes d'articulation de l'expression théorique objectivée de la problématique de la recherche» (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 151). Nesta estruturação do objeto científico, intervêm três características fundamentais: a exposição, a causação e a objetivação. Ao nível da exposição, verifica-se a apresentação de teses ou de fenómenos, de conceitos ou de propostas, de factos ou de leis, com a participação conjunta da formalização, da abstração e da conceptualização (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 152-157). Já na causação, ocorre a escolha de um tipo de causalidade (causalidade simples ou múltipla, determinação unívoca ou múltipla) para ligar os fenómenos, os efeitos, as situações ou os factos. Aqui, manifesta-se «[...] une cohérence logique et/ou significative qui articule les faits scientifiques en une configuration opératoire» (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 158). Surge, então, o problema do atomismo ou do holismo, da explicação ou da compreensão. Como realçam Silva e Ribeiro, no campo da Ciência da Informação «[...] deve resultar uma posição atomista na explicação e/ou uma posição holista na compreensão. Note-se que o conhecimento da Informação

(fenómeno e processo) se compatibiliza com ambas as posições, assumidas em simultâneo. Com efeito, a dinâmica da investigação visa isolar, pela explicação, invariantes ou leis, enquanto pela compreensão procura alcançar um significado totalizante do processo informacional» (SILVA; RIBEIRO, 2002: 90).

Por fim, o pólo morfológico distingue-se pela sua capacidade de objetivação que pode processar-se de dois modos: como uma cópia do real (representação do objeto como transcrição fiel) ou como simulação do real (criação de modelos fantasmas que tentam dar um novo sentido à problemática). Concretiza-se um campo de interobjectividade onde a crítica intersubjectiva dos investigadores poder ter um papel aferidor (DE BRUYNE, HERMAN, DE SCHOUTHEETE, 1974: 161-165).

Assim, neste pólo iniciou-se a análise das informações recolhidas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998: 209-239), comparando os resultados observados com aqueles que tinham sido identificados como expectáveis através da formulação das hipóteses, tendo por base a análise estatística dos dados dos questionários por inquéritos e a sua análise de conteúdo, das entrevistas e das fontes documentais. Chegámos, por fim, à etapa das conclusões onde tentámos sintetizar o conhecimento do objecto que o percurso de investigação nos facultou.

6. Reflexões finais

Neste texto, procurou-se explicitar a aplicação da metodologia de investigação quadripolar a uma pesquisa científica realizada no âmbito da Ciência da Informação.

Do percurso seguido, impõe-se realçar que a opção pela Ciência da Informação tendo por objeto a informação, definida nos termos apresentados, modelou a escolha de uma formulação coerente para o nosso conceito operatório e alvo de análise. Neste sentido, escolhemos a designação política de informação e não política de informação e documentação ou política de documentação. Estas duas últimas expressões assumem uma ligação muito circunscrita às bibliotecas, arquivos e centros de documentação, ora, na nossa opinião, a política de informação incluindo estes elementos não pode circunscrever-se a eles porque a realidade informacional é muito mais diversificada.

Tendo como substrato a noção de informação explicitada bem como a teoria sistémica adotada, as políticas de informação têm de atender aos processos de criação,

comunicação/transmissão e de uso da informação bem como de conservação. Decorre desta postura que as políticas de informação não se podem ficar pela orientação patrimonialista e custodial obrigando-se a uma postura científica, dinâmica e pós-custodial própria de uma Sociedade da Informação pós-industrial.

Neste sentido, compreende-se e fundamenta-se a necessidade de políticas de informação desde a fase de criação da informação, incluindo, por isso, áreas como a produção de conteúdos para a Internet ou a preocupação com as vertentes do comportamento informacional ou da literacia informacional, englobando elementos relacionados com o processo info-comunicacional que não deve ser separado do fenómeno informação. Portanto, este conceito de “informação” implica e possibilita um alargamento dos domínios abrangidos pela política de informação que não podem mais dizer apenas respeito a bibliotecas e arquivos nem à “informação científica e técnica” ou aos aspetos da infraestrutura de informação. Além disso, as políticas de informação devem ser concebidas de forma proactiva no sentido de facultar o mais amplo acesso possível à informação por parte dos cidadãos, de acordo com regras pré-estabelecidas. Assim, a ação política nesta área não pode ser reativa, orientando-se sobretudo para a solução de problemas, ela deve ser prospetiva no sentido em que deve criar um ambiente adequado para favorecer o acesso e o uso da informação por parte de todos os indivíduos nos mais variados contextos.

Simultaneamente, impõe-se a compreensão de que a política de informação está naturalmente presente, de forma implícita ou explícita, estruturada ou desconexa, na sociedade e nas organizações, determinando as formas de divulgação, de acesso bem como de uso/transformação da informação, em termos limitados ou alargados, por parte dos indivíduos. Se considerarmos como propriedades da informação a estruturação pela ação (humana e social), a integração dinâmica e a pregnância, esta transversalidade da política de informação originada pela organicidade e funcionalidade do processo infocomunicacional torna-se mais óbvia e clara.

A Ciência da Informação, enquanto Ciência Social aplicada, com uma identidade própria, com um âmbito transdisciplinar e a capacidade de estabelecer relações interdisciplinares com outras ciências, constitui um *locus* científico adequado para o estudo das políticas de informação, respeitando a sua natureza complexa e multifacetada, mas conferindo-lhe

coerência através de uma metodologia de investigação sistémica e da adoção de um conceito de informação sem ambiguidades.

Assim, assumimos a política de informação como o conjunto estruturado de princípios, normas, ações e instituições que enquadram o processo infocomunicacional (incluindo a produção, organização, acesso e uso da informação) num contexto determinado (Estado ou organização nacional ou internacional) tendendo para a otimização do aproveitamento deste recurso de acordo com objetivos globais pré-determinados.

O recurso ao Método Quadripolar, de índole qualitativa, anti-positivista e construtivista, guiou um percurso de investigação dinâmico, ultrapassando as limitações de uma abordagem linear, apresentando-se como uma opção válida para pesquisas científicas no âmbito da Ciência da Informação.

7. Referências Bibliográficas

BERTALANFFY, L. (2006). *Théorie générale des systèmes*. Paris, Dunod.

BUSHA, C. H.; HARTER, S. P. (1980). *Research methods in librarianship: techniques and interpretation*. London, Academic Press.

DAHL, R. (1973). *L'analyse politique contemporaine*. Paris, Robert Laffont.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, J.; DE SCHOUTHEETE, M. (1974) *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*. Paris, PUF.

DESHAIES, B. (1997). *Metodologia da investigação em Ciências Humanas*. Lisboa, Instituto Piaget.

EASTON, D. (1974). *Analyse du système politique*. Paris, Armand Colin.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.

LINDBERG, L. N. (1968). *The political dynamics of European economic integration*. Stanford, Stanford University Press; London, Oxford University Press.

MAGNETTE, P. (2001). *L'Europe en quête de légitimité*. Paris, Presses de Sciences Po.

MELLA, P. (1997). *Dai sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano, Franco Angeli.

- OSUNA ALARCÓN, R. (1999). Descripción y análisis de la información comunitaria: propuesta de creación del sistema de información de la Unión Europea. Boletín de la ANABAD. XLIX: 1, 175-196.
- OSUNA ALARCÓN, R. (2004). Los sistemas de información de las organizaciones internacionales: la documentación internacional. Documentación de las ciencias de la información. 27, 9-41.
- PINTO MOLINA, M. (2002). Análisis documental de contenido. In LOPÉZ YEPES, J. coord. Manual de ciencias de la documentación. Madrid, Ediciones Pirámide. p. 419-447.
- QUERMONNE, J.-L. (2005) Le système politique de l'Union européenne. Paris, Éditions Montchrestien.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (1998). Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva.
- SAURUGGER, S. (2004). État de la littérature: conceptualiser l'intégration européenne: état de l'art théorique. Revue internationale et stratégique. 54, 165-176.
- SILVA, A. M. (2006). A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto, Afrontamento.
- SILVA, A. M. [et al.] (1999). Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto, Afrontamento.
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. (2002). Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto, Edições Afrontamento.
- TERRA, A. L. (2008). As Políticas de informação e de Comunicação da União Europeia: Uma Leitura Diacrónica e Exploratória no Âmbito da Ciência da Informação. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Portugal. Acedido 29 de nov. de 2014, em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11215>.
- YIN, R. K. (2003a). Applications of case study research. London: Sage Publications, 2003.
- YIN, R. K. (2003b). Case study research: design and methods. London, Sage Publications.